



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social**

**Sub-eixo: Trabalho, direitos e lutas de classes**

## **OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A LUTA PELA LUTA PELA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA NO BRASIL**

**MAURI ANTONIO DA SILVA <sup>1</sup>**

### **RESUMO:**

O trabalho apresenta a conceituação dos movimentos sociais numa perspectiva marxista apontando para a centralidade da luta de classes para a conquista de melhores condições de vida e trabalho. Em relação ao movimento sindical mostra a situação defensiva do movimento sindical brasileiro e registra a importância das lutas pela educação pública no Brasil. Nas considerações finais reafirma a importância teórica do marxismo para a saída dos movimentos sociais de uma situação defensiva provocada pela ofensiva neoliberal para uma posição ofensiva em busca da recuperação dos direitos sociais retirados nos últimos anos e da democracia que foi sufocada pelos governos liberais conservadores desde 2016 até 2022.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimentos sociais. Trabalho. Educação.

### **RESUMEN:**

El trabajo presenta la conceptualización de los movimientos sociales desde una perspectiva marxista, señalando la centralidad de la lucha de clases para lograr mejores condiciones de vida y de trabajo. En relación al movimiento sindical, muestra la situación defensiva del movimiento sindical brasileño y registra la importancia de las luchas por la educación pública en Brasil. En las consideraciones finales, reafirma la importancia teórica del marxismo a la salida de los movimientos sociales de una situación defensiva provocada por la ofensiva neoliberal a una posición ofensiva en busca de la recuperación de los derechos sociales retirados en los últimos años y la democracia asfixiada por gobiernos liberales conservadores desde 2016 hasta 2022.

**PALABRAS CLAVES:** Movimientos sociales. Trabajo. Educación.

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Ceará

## 1 INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais têm história destacada na conquista dos direitos sociais, civis e políticos da classe operária em âmbito mundial.

As metamorfoses na composição da classe trabalhadora reduzindo a importância do proletariado fabril e ampliando o proletariado do setor de serviços da economia, junto às crises cíclicas do capitalismo que trazem o desemprego a milhões de trabalhadores da cidade e do campo e às novas tecnologias produtivas e organizacionais trazidas nas últimas décadas pela ofensiva neoliberal, intensificam a exploração do trabalho e trazem novas dificuldades para a atuação dos movimentos sociais.

Frente a este contexto o objetivo deste trabalho é analisar a situação dos movimentos sociais na contemporaneidade, com estudo particularizado da conjuntura brasileira, reforçando a importância da construção dos movimentos sociais na perspectiva teórica da luta de classes, em especial na luta por terra, educação e trabalho digno.

A perspectiva teórica adotada é o método crítico-dialético comprometido com a pesquisa orientada para a transformação social por meio de evidências e a metodologia é o estudo teórico e bibliográfico (MINAYO; DESLANDES, 1994; MARX, K.; ENGELS, 2007).

Além desta introdução, o trabalho se divide em mais 4 itens: conceituação dos movimentos sociais, do novo sindicalismo ao defensivismo sindical, a luta pela educação pública e considerações finais.

## 2 CONCEITUAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais fazem parte da sociedade civil, a qual se refere ao espaço da relação entre as classes sociais na sociedade que está fora do Estado, e é no âmbito da sociedade civil que se organizam as classes sociais para lutarem pelos seus interesses. A conquista da hegemonia na sociedade civil e no Estado é fundamental para que os interesses de uma classe social se tornem hegemônicos e consigam ser efetivados. É, portanto, no âmbito da sociedade civil que se organizam os movimentos sociais para lutarem coletivamente pelos interesses de determinada classe social ou grupo social para se defender contra a exploração e a opressão.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Para Houtart (2007, p. 421), a história da humanidade foi feita por uma multiplicidade de sujeitos coletivos que lutaram pelos valores de justiça, de igualdade e de direitos. Citemos as revoltas de escravos na Grécia antiga, os movimentos camponeses na Idade Média durante o período feudal, os quilombos, no Brasil, a luta dos caboclos do Contestado (1912-1916) só a título de exemplo. Os movimentos sociais são frutos das contradições das sociedades nas quais se gestaram. A expansão capitalista mundial, que alguns autores chamam de globalização levou também a uma globalização dos movimentos sociais. Em resposta à organização dos empresários que se reúnem anualmente em Davos, no Fórum Econômico Mundial, criou-se como iniciativa das organizações representativas das classes trabalhadoras, o Fórum Social Mundial, que se reuniu inicialmente em Porto Alegre, em 2001, para debater formas de lutas e alternativas ao neoliberalismo.

Warren (1999, p.14-5) conceitua movimento social como “formas de ação coletiva reativas aos contextos histórico-sociais nos quais estão inseridos”. Essas reações segundo Warren podem acontecer através de “denúncia, protesto, explicitação de conflitos, oposições organizadas; construção de uma utopia de transformação, com a criação de projetos alternativos e de propostas de mudança”.

O marxista belga François Houtart também faz uso do conceito sujeitos sociais. Para ele o proletariado é o sujeito potencial dos movimentos sociais a partir da contradição capital e trabalho. É o sujeito histórico da luta pela transformação. Porém, com a complexificação do capitalismo o sujeito social se amplifica, diz Houtart (2007, p.422-3):

[...] agora todos os grupos humanos, sem exceção, estão submetidos à lei do valor, não somente a classe operária assalariada (subsunção real), mas também os povos nativos, as mulheres, os setores informais, os pequenos camponeses, sob outros mecanismos financeiros – preço das matérias primas ou dos produtos agrícolas, serviço da dívida externa, paraísos fiscais, etc. – ou jurídicos – as normas do Fundo Monetário Internacional (FMI), do banco Mundial (BM) e da organização Mundial de Comércio (OMC) -, tudo isso significando uma subsunção formal.

Para Houtart, o novo sujeito histórico será plural e popular, composto tanto pelos que fariam parte dos antigos movimentos sociais (subsumidos realmente) como os que fazem parte dos novos movimentos sociais (subsumidos formalmente). A classe operária terá um papel importante, mas compartilhado.

De acordo com Kula (1977, p. 69), os movimentos sociais “son actividades masivas cuya finalidad tiende sobre todo a la consecución de dos categorias de objetivos: el cambio del sistema existente em el reparto de la renta social y el cambio del vigente sistema político”.

Neste sentido ele entende que o movimento social é uma luta de classes que se desenvolve com maior ou menor intensidade em torno da disputa pelo excedente econômico ou a repartição da riqueza social.

Para Hobsbawm (2008, p. 46), por um lado, cada classe possui dois níveis de aspirações diferentes, pelo menos até que se torne vitoriosa: “as exigências específicas, imediatas, do dia-a-dia, e as exigências mais gerais pelo tipo de sociedade que lhe convém”. E, por outro lado, “a consciência da classe operária em ambos os casos implica a organização formal; e uma organização que seja ela mesma a portadora da ideologia de classe que sem ela seria um pouco mais que um complexo de hábitos e práticas informais”.

Como vivemos em uma sociedade de classes antagônicas, a luta entre burguesia e proletariado está presente desde a consolidação do capitalismo como modo de produção hegemônico. E, é no calor das lutas das organizações dos trabalhadores que se produz a consciência de classe anticapitalista (VENDRAMINI, 2002).

Dentro do enquadramento teórico de Kula, podemos dizer que o movimento sindical brasileiro, que conforma a história dos movimentos sociais, está em profunda crise, pois aquele sindicalismo combativo dos anos 1980 que foi denominado novo sindicalismo e que lutava por uma melhor repartição da renda e por alvos estratégicos socialistas foi gradualmente limitando seus objetivos a melhorias dentro da ordem capitalista.

Numa perspectiva de longa duração Silver (2005) acompanha os movimentos oscilatórios das lutas entre capital e trabalho, mostrando os períodos de ascensão e declínio das agitações operárias desde 1870 até os dias de hoje, evidenciando que o capitalismo cria e recria as contradições de classe derivadas da busca sempre crescente de mais-valor.

Nas últimas décadas aprofundaram-se as metamorfoses no mundo do trabalho que precisam ser estudadas rigorosamente, como o declínio dos trabalhadores em indústria, o aumento dos trabalhadores dos serviços e a intensa precarização estrutural do trabalho por meio da terceirização, do trabalho a domicílio etc (ANTUNES, 1995).

Apesar destas metamorfoses consideramos que a centralidade da classe trabalhadora exposta por Marx (1978) em seus escritos continua atual, pois, ela é maior do que nunca antes. As lutas do proletariado mundial estão em curso para responder aos ataques do capital aos direitos conquistados em mais de cem anos de luta.

Nos anos que se seguiram à crise capitalista de 2008 que começou nos Estados Unidos e se estendeu pela Europa e o mundo, greves gerais têm sido convocadas, contando com a

participação de milhões de trabalhadores, porém ainda não conseguiram a alteração dos da política neoliberal que vem sendo imposta pelos governos do continente europeu, analisa Coggiola (2013).

Os movimentos sociais devem estar atentos para lutar contra as tentativas de dominação burguesa, pois, como ensina Lukács, a burguesia está habituada a imperar e quanto mais o desenvolvimento capitalista estreita a sua base real de dominação mais enérgica ela se torna em suas tentativas “tanto de ampliar essas bases (atraindo as camadas médias, corrompendo a aristocracia operária etc.) quanto de golpear seus inimigos decisivos antes que eles possam lhe oferecer uma resistência efetiva.” (LUKÁCS, 2012, p. 69).

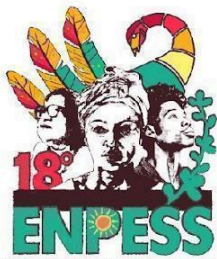
### **3.DO NOVO SINDICALISMO AO DEFENSIVISMO SINDICAL**

Ao entrarmos no final da década de 1970 no Brasil, ocorreu a emergência de grandes greves metalúrgicas no Grande ABC, as quais deram fôlego para a constituição do novo sindicalismo, que nasceu com forte crítica da estrutura sindical corporativista do Estado Novo de Getúlio Vargas, greves massivas contra o arrocho salarial, com pautas de lutas democratizantes visando a superação da ditadura militar e com vagas definições de luta pelo socialismo. O movimento sindical combativo conseguiu inserir na Constituinte de 1988 conquistas trabalhistas importantíssimas, entre as quais, a redução da jornada de trabalho para 44 horas semanais e a licença maternidade de 120 dias para as gestantes (MATTOS, 2009).

Com a reestruturação produtiva do capitalismo que começa a ser implementado entre o final dos anos 1980 e partir dos anos 1990, este novo sindicalismo foi paulatinamente cedendo lugar a um sindicalismo cada vez mais acomodado a ordem do capital a partir da década de 1990 (LARA; SILVA, 2015).

Para Antunes, os setores hegemônicos do sindicalismo brasileiro ingressavam em uma fase defensiva, marcada pela postura participacionista e de negociação, abandonando o sindicalismo de classe dos anos 1970/1980, as perspectivas emancipatórias, a luta pelo socialismo e pela emancipação do gênero humano, enquanto entravam numa onda de aceitação acrítica da social-democratização (ANTUNES, 1995).

Nos últimos anos o aprofundamento da crise estrutural do capital iniciada nos anos 1970 (MÉSZAROS, 2002) vem obrigando aos trabalhadores a se organizarem sindicalmente para



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

defender seus direitos salariais e trabalhistas. Em 2012 ocorreram 873 greves no Brasil, num aumento de 58% em relação a 2011, e o maior número desde o ano de 1997 (DIEESE, 2013).

As principais motivações das greves deste ano foram reajuste salarial (41%); introdução, manutenção ou melhoria do auxílio-alimentação (27%); cumprimento, implantação e/ou reformulação de Plano de Cargos e Salários (23%) e paralisações relativas à Participação nos Lucros ou Resultados (19%) e 18% das greves foram motivados por atraso no pagamento de salários (DIEESE, 2013).

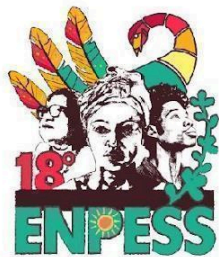
De acordo com Stedile (2014), um dos coordenadores nacionais do MST, a classe trabalhadora e os movimentos sociais ainda estão num período histórico de refluxo. As massas populares não estão nas ruas pressionando as burguesias por uma mudança de sistema. As mobilizações existentes são mais defensivas e os movimentos e organizações de esquerda, nesta correlação de forças, ainda não conseguiram colocar em pé uma ação de massas em todo o continente latino-americano.

A partir do golpe de Estado de 2016, os ataques aos movimentos sociais e sindicais se aprofundaram.

A reforma trabalhista de 2017, aprovada no Governo Temer, por exigência dos empresários, além de retirar direitos dos trabalhadores introduzindo o contrato intermitente, permitindo que a livre negociação acabe prevalecendo sobre o legislado, autorizando a terceirização irrestrita das atividades empresariais, acabando com o imposto sindical que financiava as atividades sindicais, entre outras alterações, enfraqueceu fortemente o movimento sindical (SILVA, 2020).

A contrarreforma da previdência aprovada pelo governo Bolsonaro no Congresso Nacional piorou drasticamente a qualidade dos benefícios e dificultou ainda mais a possibilidade de acesso a aposentadoria. A aposentadoria por tempo de contribuição foi extinta e aumentou-se a idade de aposentadoria das mulheres de 60 para 62 anos, entre outros retrocessos (DIEESE, 2019).

Mesmo em duras condições o MST resiste na luta pela conquista dos assentamentos que irão ocupar milhares de trabalhadores que estavam desempregados, produzindo alimentos saudáveis, distribuindo alimentos para as populações carentes nas periferias das grandes cidades, onde através da organização popular, foi possível durante a pandemia da COVID-19 chegar ao total de mais de 7 mil toneladas de alimentos doados, 10 mil cestas básicas e passando de 2 milhões de marmitas solidárias entregues, tudo isto com o objetivo de construir um país sem



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

fome e miséria, praticando a solidariedade e um estilo de vida modesto da vida de suas lideranças que cimeta uma relação de confiança com a base social do movimento (MST, 2022; PETRAS, 2002).

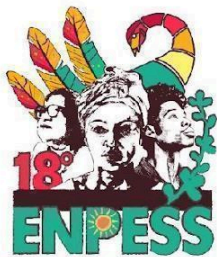
A luta sindical não parou, o balanço das greves de 2022 mostra por meio do SAG-DIEESE o registro de 1.067 greves, que contabilizaram 54 mil horas paradas. Os trabalhadores do funcionalismo público foram responsáveis por mais da metade (54%) das mobilizações, o que correspondeu a 70% das horas paradas.

Quanto a caracterização das greves, o Dieese considera que as greves que propõem novas conquistas ou ampliação das já existentes são denominadas de caráter propositivo, enquanto que as greves chamadas defensivas caracterizam-se pela defesa de condições de trabalho, saúde e segurança, bem como lutam contra o descumprimento dos direitos trabalhistas que foram conquistados em acordo, convenção coletiva ou legislação. E temos as greves de protesto que ultrapassam o âmbito das relações trabalhistas e as greves de solidariedade que são feitas em apoio a trabalhadores de outras categorias.

Assim, segundo o Dieese (2022), conforme Tabela 1 abaixo, os itens de caráter propositivo estiveram em 49,6% das greves realizadas em 2022. Os itens de caráter defensivo estiveram presentes na pauta de reivindicações de 81% das greves. Entre as greves defensivas, mais da metade (51%) foram realizadas em denúncia de descumprimento de direitos. As greves com reivindicações contra a degradação de condições trabalhistas tiveram participação de 46%.

**Tabela 1 - Caráter das greves Brasil, 2022**

Caráter	Greves em número (1067)	Greves em Porcentagem (%)
Propositivas	529	49,6
Defensivas	866	81,2



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Manutenção de condições vigentes	493	46,2
Descumprimento de direitos	547	51,3
Protesto	165	15,5
Solidariedade	1	0,1

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG-DIEESE) Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total, dado que uma mesma greve pode conter diversas e distintas motivações

Das greves comunicadas ao Dieese, observa-se que em 146 registros de greves (34% do total) houve informações a respeito da maneira que foram encerradas, registrando-se que houve algum êxito no atendimento das reivindicações em 85% das situações. Portanto, a forma de luta greve se demonstra ainda como um caminho efetivo para os trabalhadores defenderem melhores condições de trabalho e vida. Além disto, o alto número de greves em 2022, mostra que a classe trabalhadora se organiza e luta frente a um cenário político e ideológico onde o neoliberalismo tenta incentivar o individualismo entre as classes trabalhadoras e enfraquecer os sindicatos por meio do corte de suas fontes de financiamento.

Além das lutas que aqui referimos, também importa observar que devido ao baixo nível da inflação e da perda salarial ocorrida nos últimos anos, a maioria das categorias de trabalhadores estão conseguindo reajustes acima da inflação nas negociações coletivas, como informa Cardoso (2023, p. 1):

Segundo a publicação do DIEESE, intitulada De Olho Nas Negociações, no mês de março, 74% dos 290 reajustes analisados, resultaram em ganhos acima da inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor, o INPC-IBGE. Resultados iguais a esse índice foram observados em 21,4% dos casos. Apenas 4,5% de todos os casos analisados apresentaram resultados abaixo da inflação, possivelmente em setores que apresentam desempenho econômico inferior à média da economia, ou têm menor organização sindical.

Além disto, a eleição do presidente Lula, em 2022, significou um novo momento na política brasileira, com valorização da presença sindical em espaços de negociação coletiva e discussão de políticas públicas que objetivam reverter perdas trabalhistas e previdenciárias ocorridas durante os governos Temer e Bolsonaro.

Em 2024 as campanhas salariais mostraram evolução positiva no que tange a diminuição do grau de exploração salarial. Segundo o Dieese (2024) no acumulado até abril de 2024, verificou-se que 86,1% das 2.546 negociações realizadas alcançaram ganhos reais, 10,8%



registraram apenas a reposição do INPC integral, e 3,2% tiveram reajustes abaixo da inflação. A variação média dos reajustes em 2024 é, igual a 1,89% acima do INPC.

#### 4. A LUTA PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA

A escola se constitui como verdadeira formadora de homens para determinado tipo de sociedade existente e correspondente à base material dessa sociedade ou como diz Figueira (1985), “nós nos educamos para viver na sociedade em que nos encontramos”. Mas, no seu interior há uma luta dialética entre os que querem manter a ordem e os que querem subverter a ordem societária do capital.

No âmbito educacional brasileiro, desde a ditadura empresarial-militar (1964-1985) até os dias de hoje as políticas educacionais foram marcadas pelo predomínio das teorias tecnicistas do capital humano, ou seja, a preparação do homem para o mercado de trabalho com uma visão acrítica da realidade em que vive.

Coube aos movimentos sociais agrupados no *Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública* a luta para garantir que na Constituição de 1988 a educação ficasse demarcada como direito de todos e dever do Estado, bem como a garantia de padrões de qualidade e democracia.

No entanto, a efetivação das políticas públicas que garantam esse direito ainda depende da luta dos movimentos sociais como fez o MST arrancando a implantação de uma rede de escolas que atendesse aos seus assentamentos e desenvolvendo uma pedagogia emancipadora com base em pensadores revolucionários como Paulo Freire, Manacorda e Makarenko (DALMAGRO, 2010, 2002; JANATA, 2012).

Além disto, é muito importante construir por meio dos movimentos sociais os espaços alternativos de formação do *novo homem* desde já através dos cursos de formação, da imprensa engajada, das artes e do teatro, da literatura, da cultura de modo geral. Isto porque a pedagogia socialista que tem por objetivo a desalienação dos homens se desenvolve por intermédio da ação dos intelectuais orgânicos do proletariado nas escolas e também no próprio movimento social que cria as bases para a transformação social (BOGO, 2002).

A partir de 2016, com o golpe de Estado que retirou Dilma Rousseff do poder, a ofensiva contra a educação pública se alastrou por meio do congelamento dos gastos sociais por 20 anos, a tecnificação do ensino, com a aprovação da reforma do ensino médio, adaptando-o às exigências do mercado de trabalho. Durante o último governo federal, coordenado por Jair



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Bolsonaro se ampliou o corte de recursos para a área da educação, tendo em vista a implantação de políticas liberais conservadoras que não valorizam a educação, a ciência e a tecnologia.

De acordo com o Gabinete de Transição Governamental do Governo Lula houve notável retrocesso nas políticas educacionais que vinham avançando durante os governos Lula e Dilma:

É importante lembrar que, nos últimos anos, as políticas e os programas educacionais foram afetados por sucessivos e sistemáticos cortes de recursos. O valor previsto no orçamento de 2023, descontadas as transferências obrigatórias aos entes subnacionais para a educação básica, é inferior em R\$ 18,5 bilhões à média do valor comprometido no período 2015-2021, e inferior em R\$ 9,2 bilhões ao de 2021, que já havia sido o pior ano de toda a série. É urgente, portanto, recompor o orçamento do MEC, considerando as prioridades do novo governo e as principais emergências orçamentárias identificadas (GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL, 2022, p. 16).

Durante a campanha eleitoral de 2022 Lula teve forte apoio de professores e estudantes a sua candidatura.

No primeiro mês de governo Lula foram anunciadas medidas em busca da recuperação do orçamento da União e da melhoria das políticas educacionais. Entre elas destacamos: a revogação do decreto que segregava alunos com deficiência nas escolas; o piso do magistério foi reajustado em 15% e passa a ser de R\$ 4.420,55; a recomposição integral do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, garantindo mais recursos para a pesquisa brasileira; e a assinatura de decretos que criam Conselho de Participação Social no Governo (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2023).

Após um ano de gestão o governo Lula fez um balanço das ações demonstrando que houve recuperação orçamentária em vários setores que contribuem para a melhoria da qualidade da educação no país.

O MEC (2024) destacou a retomada do diálogo com Governadores, prefeitos, secretários de Educação, parlamentares, assim como reitores, gestores escolares, professores e estudantes e movimentos sociais.

Entre as ações desenvolvidas em 2023 o MEC destaca a garantia de recursos para o programa PÉ-DE-MEIA DO ENSINO MÉDIO, que irá apoiar estudantes com uma poupança, a partir de 2024, com R\$ 6,1 bilhões já repassados para o Fundo que vai custear o programa em 2024. (MEC, 2024).

Incentivando a escola de tempo integral, uma ideia defendida por Darcy Ribeiro e Leonel Brizola, o programa ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL se propõe a garantir que os estudantes aprendam mais, em escolas mais atrativas, com mais tempo, segurança e qualidade do ensino.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Este programa já teve 100% de adesão dos estados e 91% dos municípios e é importante fator de melhoria das condições de vida das populações empobrecidas. (MEC, 2024).

Milhões de estudantes tinham dificuldades em acessar o ensino superior por falta de condições financeiras de pagar suas mensalidades e muitos ficaram endividados ao aderirem ao FIES. Por isso, o governo criou o DESENROLA DO FIES, no qual 1,2 milhão de estudantes puderam iniciar a renegociação das suas dívidas em condições facilitadas. Os descontos previstos podem chegar a 99% da dívida e 100% dos juros. (MEC, 2024).

Outras ações destacadas: Mais de R\$ 1 bilhão foram repassados para obras escolares em 2023; recomposição orçamentária das universidades e dos institutos federais (IFs) brasileiros, os quais receberam R\$ 2,44 bilhões extras para o fortalecimento da educação superior e da educação profissional e tecnológica, assim, esse valor fez com que o montante disponibilizado voltasse ao mesmo patamar de 2019; o reajuste de até 39% para o PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE), encerrando seis anos sem aumento nos valores repassados para as escolas públicas; reajuste para as bolsas de pós-graduação em todas as modalidades, que variaram de 40% no mestrado e doutorado, 27% no pós-doutorado ao percentual de 40% a 75% na formação de professores da educação básica, beneficiando 178 mil bolsistas (MEC, 2024). Houve também um reajuste de 9% nos salários dos servidores da educação federal em 2023 rompendo um congelamento de seis anos sob os governos Bolsonaro e Temer<sup>1</sup>.

Não temos ainda um balanço final do ano de 2024, mas as análises iniciais apontam para um constrangimento fiscal posto a execução das políticas educacionais através do Arcabouço Fiscal aprovado no Congresso Nacional, o qual pôs fim ao congelamento de vinte anos vindo do Governo Temer, afrouxando a alocação dos investimentos sociais, mas mantendo-os ainda, subordinados a uma política de austeridade fiscal que se inaugurou no Brasil a partir dos anos 1990, sob a égide da ofensiva neoliberal, que dificilmente será mudado se não se alterar a correlação de forças no Congresso Nacional, que permanece controlado por forças conservadoras e ultraliberais (SALVADOR, 2024).

Registra-se que em 2024 houve greve dos trabalhadores da educação e professores onde o governo federal depois de negociações com o movimento sindical manteve para os professores o reajuste zero para 2024, 9% para 2025 e 3,5% em 2026, a depender do cumprimento das metas

---

<sup>1</sup>Cf.

[https://www.camara.leg.br/noticias/957381-medida-provisoria-reajusta-em-9-salarios-dos-servidores-civis-do-poder-executivo/#:~:text=A%20Medida%20Provis%C3%B3ria%201170%2F23,sexta%2Dfeira%20\(28\).](https://www.camara.leg.br/noticias/957381-medida-provisoria-reajusta-em-9-salarios-dos-servidores-civis-do-poder-executivo/#:~:text=A%20Medida%20Provis%C3%B3ria%201170%2F23,sexta%2Dfeira%20(28).)

do “Arcabouço Fiscal” (DRUCK; FIGUEIRAS, 2024), além de outras medidas de melhoria na reestruturação da carreira (ANDES, 2024).

Nas lutas imediatas é muito importante a luta dos movimentos sociais pela aplicação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação pública, gratuita e de qualidade, a recuperação orçamentária para atender as necessidades dos estudantes e viabilizar o apoio aos sistemas estaduais e municipais de ensino, a expansão das universidades federais (IFES) e institutos federais de educação tecnológica (IFETS), bem como a revogação do Novo Ensino Médio.

A LDB 1996 definiu que o governo deve aprovar no Congresso Nacional os Planos Nacionais de Educação, sendo que o último de 2014 previa alcançar a aplicação de recursos públicos tanto na educação pública como na privada na ordem dos 10% do PIB para a educação em 2024 e não foi cumprido. Em 2020 o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), registrou que esse percentual atingiu o equivalente a 5,4% do PIB, e os recursos públicos aplicados em educação pública alcançaram 5,1% do PIB. A meta dos 10% foi mantida pela CONAE 2024 sendo escalonada para atingir, no mínimo, o patamar de 7% do PIB do país no 4º ano de vigência do PNE, 9% no 8º ano e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB no fim do decênio (CONAE, 2024).

A luta pela educação deve seguir os ensinamentos que herdamos da Comuna de Paris, da Revolução Russa, e de outros movimentos revolucionários por todo o planeta que nos levam a pensar uma educação emancipadora desenvolvendo lutas sociais por uma escola pública, unitária, gratuita, laica e democrática, que garanta aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível (MESZÁROS, 2005; SAVIANI, 2008).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, mesmo num contexto defensivo, após o Golpe de Estado de 2016, onde as liberdades democráticas foram restritas, as classes trabalhadoras, os trabalhadores rurais sem-terra, os estudantes e trabalhadores da educação não deixaram de realizar lutas contra a reforma trabalhista, contra a reforma da previdência e contra cortes governamentais nos recursos da saúde e da educação.

Os trabalhadores ao lutarem por suas reivindicações despertam a consciência para a luta por um novo projeto societário ao entrarem em contato com a teoria marxista, além disto, suas lutas são fundamentais na disputa pela repartição do fundo público que é decidido não só pelos



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

governos eleitos, mas também pelo Congresso Nacional, onde temos ainda uma maioria conservadora e liberal que atua contra os interesses populares e os direitos sociais.

Nota-se que os movimentos sociais são determinados também, dependendo da direção do movimento, a uma lógica contra a ordem ou submetida à ordem do capital.

A questão ambiental, por exemplo, está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, lutar pelo meio ambiente, portanto, faz parte da luta socialista, como ensina o MST ao fazer plantios agroecológicos e estimular o plantio de árvores nativas. Do mesmo modo, o êxito dos movimentos sociais depende de uma relação continuada entre os dirigentes e as bases dos movimentos, construindo uma democracia participativa na luta pelas reivindicações do movimento.

## REFERÊNCIAS

ANDES. **Entidades e governo assinam acordo nesta quinta-feira (27)**. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/entidades-e-governo-assinam-acordo-nesta-quinta-feira-271>. Acesso em: 29 jul. 2024.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio Sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. 5ª. ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2000.

BOGO, A. Entrevista com Ademar Bogo concedida a Clarissa Iole Biscaia. In VENDRAMINI, C. R. (Org.). **Educação em movimento na luta da terra**. Florianópolis: NUP/CED, 2002.

CARDOSO, José Álvaro de Lima Cardoso. **O retorno do ganho real nas negociações coletivas**. Florianópolis: Autor, 2023.

COGGIOLA, O. La crisis capitalista en perspectiva histórica. In: COGGIOLA, O. **En defensa del marxismo**. Septiembre 2012, ano xx, n. 40. pp. 45-69.

CONAE. Plano Nacional de Educação (2024-2034): política de Estado para a garantia da educação como direito humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável. Brasília: CONAE, 2024.

DALMAGRO, S. L. **A escola no contexto das lutas do MST**. Tese (Doutorado em educação), UFSC, Florianópolis, 2010.

\_\_\_\_\_. O trabalho na pedagogia do MST. In: VENDRAMINI, C. R. (Org.). **Educação em movimento na luta da terra**. Florianópolis: NUP/CED, 2002.

DIEESE. **Balanco das greves em 2022**. São Paulo: DIEESE, 2022. Disponível em:



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

<https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2023/estPesq104Greves.pdf>. Acesso em: 09 mai. 2023.

DIEESE. **Os reajustes salariais de abril de 2024**. Boletim De olho nas negociações n. 44, maio de 2024 maio de 2024. São Paulo: DIEESE, 2024.ero 44Disponível em

DIEESE. **PEC 6/2019**: como ficou a Previdência depois da aprovação da reforma no Senado Federal. Nota Técnica n. 214. Novembro de 2019. São Paulo, 2019b. Disponível em:<<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec214ReformaPrevidenciaAprovada.html>>. Acesso em: 12mai. 2023.

DIEESE. **Balanco das greves em 2012**. São Paulo: DIEESE, 2013.

DRUCK; Graça, FILGUEIRAS, Luiz. **A greve não é contra o governo Lula**. Disponível em: <https://outraspalavras.net/movimentoserebeldias/greve-federais-nao-e-contra-o-governo-lula/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

FIGUEIRA, P. A. A educação de um ponto de vista histórico. **Intermeio**, Campo Grande, UFMS, v. 1, n. 1, 1985.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **31 ações que marcaram o primeiro mês do novo governo Lula**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2023. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2023/02/01/31-acoes-que-marcaram-o-primeiro-mes-do-novo-governo-lula/>. Acesso em:12 mai. 2023.

GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL. **Relatório final**. Brasília: Governo de Transição, 2022.

JANATA, N. E. **“Juventude que ousa lutar”**: Trabalho, Educação e Militância de Jovens Assentados do MST. Tese (Doutorado em Educação), UFSC, Florianópolis, 2012.

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna**: Uma Pesquisa Sobre as Origens da Mudança Cultural. 4. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1994.

\_\_\_\_\_. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOBBSAWM, E. Notas sobre consciência de classe. 5. ed. In: HOBBSAWM, E. **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 33-53.

HOUTART, François. Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico, In: BORÓN, Atilio A (org.). **A teoria marxista hoje – problemas e perspectivas**. São Paulo/Buenos Aires, Expressão Popular/CLACSO, 2007.

KULA, W. La historia económica y la historia de los novos movimientos sociales. In: KULA, W. *Problemas y métodos de la historia económica*. Barcelona: Península, 1977, p. 68-71.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

LEHER, R. Desafios para uma educação para além do capital. In: JINKINGS, I.; NOBILE, R. **István Mészáros e os desafios do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

LARA, R.; SILVA, M. A. **A ditadura civil-militar de 1964**: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil. *Soc. Soc.*, São Paulo, n. 122, p. 275-293, abr./jun. 2015.

LUKÁCS, G. **Lenin**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MATOS, M.B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2009.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007. Pp. 83-95.

MÉSZÁROS, I. **A Crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

\_\_\_\_\_. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. AÇÕES MEC 2023 EDUCAÇÃO PARA RECONSTRUIR O BRASIL. Brasília: MEC, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/publicacoes/balanco-2023.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Editora vozes, 1994.

MST. **MST já doou mais de 7 mil toneladas de alimentos desde o início da pandemia**. São Paulo: MST, 12 de setembro de 2022. Disponível

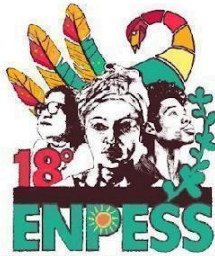
em: <https://mst.org.br/2022/09/12/mst-ja-doou-mais-de-7-mil-toneladas-de-alimentos-desde-o-inicio-da-pandemia/>. Acesso em: 09 mai. 2023.

PETRAS, J. **Império e políticas revolucionárias na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2002.

SALVADOR, Evilasio. O arcabouço fiscal e as implicações no financiamento das políticas sociais. **Argum.**, Vitória, v. 16, n. 1, p. 6-19, jan./abr. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes. In: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei. **Marxismo e Educação – debates contemporâneos**. 2ª. Ed. Campinas: São Paulo: Autores Associados: HISTEDBR, 2008, pp.223-274.

SILVA, M. A. **Aporte histórico sobre os direitos trabalhistas no Brasil**. Brasília: Revista SER Social, n. 46, jan.-jun. 2020. Disponível em:



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

[file:///C:/Users/Lenovo/Downloads/cdarevista.+ATM\\_APORTE+HISTORICO\\_126-152%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Lenovo/Downloads/cdarevista.+ATM_APORTE+HISTORICO_126-152%20(1).pdf).

Acesso em: 09 mai. 2023.

SILVER, B. **Forças do trabalho**: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870. São Paulo: Boitempo, 2005.

STÉDILE, J. P. “**El proyecto imperialista retomó la ofensiva sobre América Latina**”. Palestra no recente encontro dos movimentos sociais da ALBA, realizada em Caracas, em começos de abril. Disponível em < <http://www.atilioboron.com.ar/2014/04/stedile-sobre-la-contraoferensiva.html>>.

Acessado em 20 abr. 2014.

VENDRAMINI, C. Trabalho e cooperativas: os (des) caminhos no processo de formação humana. In: VENDRAMINI, C. R. (Org.). **Educação em movimento na luta da terra**. Florianópolis: NUP/CED, 2002.

WARREN, Ilse Scherer. **Cidadania sem Fronteiras** – ações coletivas na era da globalização. São Paulo, Hucitec, 1999.